

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

ONGs, políticos e partidos: padrões de interação. NGOs, politicians and political parties: patterns of interaction.

Felix G. Lopez, Luciana de Souza Leão y Mario L. Grangeia.

Cita:

Felix G. Lopez, Luciana de Souza Leão y Mario L. Grangeia (2009). *ONGs, políticos e partidos: padrões de interação. NGOs, politicians and political parties: patterns of interaction. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1644>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Um9>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ONGs, políticos e partidos: padrões de interação

NGOs, politicians and political parties: patterns of interaction

Felix G. Lopez

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
felixglopez@gmail.com*

Luciana de Souza Leão

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
lululeao@terra.com.br*

Mario L. Grangeia

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
mario.grangeia@gmail.com*

Introdução

Nas últimas três décadas, os modos de articulação entre Estado, mercado e sociedade passaram por grandes alterações, resultantes da conjugação de mudanças na ordem econômica, nos sistemas políticos e em valores culturais em diferentes partes do mundo, entre as quais a América Latina. No Brasil, a sociedade civil se tornou mais atuante, mais articulada e com maior presença nas demandas por direitos e serviços, na defesa de interesses e no controle das

ações do Estado e do mercado (Reis, 2005, 2004; Avritzer, 2002, 2007; Fung, 2003). Em especial, a partir dos anos 1990, houve um crescimento vertiginoso no número de organizações civis atuando no país – estima-se que atualmente esse total seja superior a 14 mil organizações.¹

As ONGs,² que são um tipo de organização civil, para além da defesa de direitos e monitoramento das ações do Estado, tornaram-se atores relevantes na formulação, na distribuição e na execução de serviços e políticas sociais. Isso resultou em um movimento de aproximação com instituições do Estado que implicou a delegação de atividades e ações outrora por ele monopolizadas e a transferência de um volume crescente de recursos públicos para as ONGs executarem projetos e levarem adiante as parcerias e convênios firmados com agências e órgãos estatais. O estreitamento das relações entre ONGs e Estado significou uma mudança importante na posição política e normativa das primeiras, que até os anos 90, de modo preponderante, procuravam manter distanciamento e atuar ‘de costas para o Estado’ (Kumar, 1991; Landim, 1993, 2002; Medeiros, 2008). Como reflexo dessa articulação, os repasses do governo federal para ONGs somaram US\$ 7 bilhões entre 2001 e 2006.³

A aproximação entre ONGs e Estado coloca desafios teóricos e empíricos, parte dos quais a literatura específica já discutiu (Sanyal, 1997; Brown et al., 2008; Fisher, 1997; Haque, 2002). Uma das questões diz respeito ao papel que a esfera política em sentido estrito, i.e., políticos e partidos, desempenha na articulação entre ONGs e Estado. O papel de relevo desempenhado por políticos não deve ser desprezado. Nossa tradição histórica é marcada por padrões de interação entre sociedade civil e Estado com

1. Tal estimativa baseia-se em dados da Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos), pesquisa feita em 2005 que aponta a existência de 330 mil associações sem fins lucrativos no Brasil e identifica 14 mil organizações civis voltadas para o desenvolvimento e defesa de direitos, para a promoção do meio ambiente e o desenvolvimento rural. Há quatro anos, essas entidades empregavam

45.500 pessoas. (Brasil, 2008)

2. Para nossos fins, e a exemplo de Koslinski (2007, p.141), definimos nossa amostra a partir de ONGs “autogovernadas e independentes do governo, sem fins lucrativos, dedicadas a atividades ligadas a questões sociais tais como saúde, educação, gênero, direitos de minorias, direitos de crianças e adolescentes, direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (excluindo aquelas de cunho somente recreativo, esportivo, cultural ou religioso que são tradicionalmente tratadas como associações cívicas ou como organizações voluntárias, mas que diferem em seu discurso e missões das ONGs) e que adotam a fórmula de projetos (que não oferecem ou não se restringem a oferecer serviços contínuos, mas desenvolvem atividades em forma de projetos de curto e médio prazo).”

3. Segundo levantamento da ONG Contas Abertas a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira da União (Teles, 2006). O repasse foi de R\$ 14 bilhões de reais que equivaliam a US\$ 7 bilhões de dólares em junho de 2009.

forte incidência de mediações de políticos junto às instâncias de definição, execução e distribuição de bens e serviços feitas por agências governamentais. A tradição histórica consolidou também um tipo de representação social – entre outras, que competem entre si ou coexistem – sobre a natureza da atividade política e o papel normativo dos políticos. Essas representações atribuem ao político o papel de distribuir recursos e benesses, e se empenhar em obter recursos e obras para suas “bases eleitorais” junto às instâncias de governo e em atender os “interesses da comunidade” (Kuschnir, 2000; Bezerra, 1999; Goldman & Palmeira, 1996). Essa última noção atesta a forte associação que parte do eleitorado estabelece entre representação política e base territorial e, no limite, uma defesa não-oficial da política distrital. De forma geral, o forte papel de mediação que os políticos desempenharam na distribuição de bens e serviços provenientes de órgãos do Estado retrata o que a literatura denominou padrões de relação clientelista (Silverman, 1977; Scott, 1977; Graziano, 1977; Schmidt, 1977; Weingrod, 1966).

Com este pano de fundo, nosso objeto de estudo são *as relações entre a esfera política e as ONGs no Brasil*. De modo específico, procuramos analisar as principais formas de interação das ONGs com políticos e partidos, em que momentos ocorrem, quais seus incentivos e motivações. Também analisamos os valores e percepções dos dirigentes daquelas organizações quanto às formas de mediação política e uso eleitoral potencialmente existente em suas atividades. Interessa-nos observar se e quando relações clientelistas se reproduzem na interação entre os atores governamentais e não-governamentais; se adquiriram novas roupagens com a entrada em cena das ONGs e do novo discurso em favor de formas autônomas e pró-ativas da atuação da sociedade civil. Ou se, ao contrário, e em consonância com as expectativas normativas da literatura sobre o tema, as ONGs representam, de fato, uma ruptura em relação às formas tradicionais e clientelistas na articulação entre instâncias da sociedade civil e a esfera política, fomentando novos padrões de articulação entre Estado e sociedade no Brasil.

Ressalte-se que nossa pesquisa – ainda em curso – não se preocupa em observar a abrangência, eficácia ou eficiência das ONGs na condução de políticas públicas, que é a preocupação de outros estudos (Brinkerhoff, 1999; Haque, 2002). O nosso objetivo é lançar luz sobre as formas em que a mediação política pode afetar, ou não, a relação entre Estado e ONGs no Brasil. Ou seja, preocupa-se tão somente em responder as questões acima mencionadas, a partir da análise do discurso dos próprios administradores das ONGs.

Nossa análise se apoia nas informações reunidas a partir da aplicação de um questionário aberto aos dirigentes de 28 ONGs que atuam nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e atendimento a minorias (ver Apêndice). Tal amostra foi selecionada, em um primeiro momento, entre as ONGs que nos últimos anos tenham recebido recursos públicos (federais, estaduais e municipais). Posteriormente, incluiremos organizações que atuam naquelas áreas mesmo que exclusivamente com recursos privados. Entramos em contato com administradores e gerentes de projetos de ONGs para a aplicação de questionários. Entre as questões apresentadas, incluem-se algumas relativas a percepções sobre a relação entre ONGs e políticos, aos tipos de atividade de natureza política, à influência do período eleitoral nas ONGs e ao impacto da competição por recursos nos padrões de interação com a esfera política.

O recurso às entrevistas apresenta vantagens e desvantagens. Se por um lado, a análise do discurso e as respostas abertas são um instrumento que permite o acesso de modo mais refinado às representações sociais que informam as ações e decisões dos indivíduos, também é verdade que a manipulação discursiva pode ser uma estratégia

que tornam aquelas representações menos fidedignas das práticas efetivas da ação cotidiana, mas que não se revelam nas respostas, pois estas retratariam o discurso socialmente aceitável (Bailey, 1994). Nesse sentido, a conjugação de um tema que atravessa um terreno marcado por desconfianças mútuas e altos níveis de corrupção, como é a esfera política brasileira, e a recente emergência de escândalos midiáticos sobre transferências ilegais e corrupção nas parcerias entre ONGs e Estado no Brasil, constituem um forte incentivo – talvez não desprezível – para que o discurso dos entrevistados seja o mais “controlado” possível.

O texto a seguir está dividido em três seções. A primeira apresenta de modo sumário as vantagens e virtudes da condução de políticas públicas e sociais por meio de ONGs *vis-à-vis* o Estado. Nela também se apresentam o que a literatura supõe serem os riscos e desvantagens possíveis da aproximação entre ONGs e Estado. A discussão é relevante, uma vez que estamos lidando com as percepções das ONGs sobre as possíveis mediações realizadas pelos agentes da esfera política na relação entre entes governamentais e não-governamentais.

A segunda parte delinea sucintamente algumas questões relativas ao passado recente e ao presente das relações entre Estado e ONGs no Brasil para, em seguida, apresentar os resultados – ainda parciais – da análise das 28 entrevistas realizadas.⁴

A última seção resume o argumento e destaca questões importantes para investigações futuras, que permitam ampliar o escopo da análise aqui apresentada e maior diálogo teórico, a partir da ampliação do volume de pesquisas empíricas, já que ainda é escassa a literatura que trate de relação de ONGs com a esfera política, no Brasil e em outros contextos nacionais.

ONGs vs. Estado e ONGs com o Estado

A relação entre ONGs e a esfera política é um tema delicado, pois aquelas organizações continuam a extrair parte de sua legitimidade institucional do distanciamento mantido da esfera política e das imagens negativas a ela vinculada, em especial, a atribuição de forte vínculo com práticas corruptas. Em consonância com esta representação, parte considerável da literatura que se dedica a estudar as organizações civis tende a retratá-las, do ponto de vista normativo, como portadoras ou difusoras de virtudes cívicas (Putnam, 2000, 1993; Avritzer, 2002). No entanto, ainda que as ONGs procurem guardar distância do jogo político partidário, questões como os custos de sobrevivência, a obtenção de licenças públicas de atuação, as parcerias com agências estatais e até a conquista de suas metas sociais aproximam as ONGs do campo político e torna a relação com as instituições estatais inevitável. Sob essa ótica, portanto, o interesse da análise não deve se limitar a verificar se há articulação com o Estado, mas observar quando e como os padrões de relação estruturados ameaçam ou beneficiam o caráter autônomo de atuação das organizações civis. E, ainda, se a manutenção de relações com instituições do Estado implica – e em que medida – aproximação com a esfera política e suas consequências. Para tanto, é necessário apresentar parte dos argumentos da literatura quanto às formas de atuação de organizações governamentais e não governamentais e as consequências possíveis da aproximação entre elas.

De forma geral, considera-se que ONGs são portadoras de qualidades que, a princípio, estão ausentes das políticas sociais conduzidas pela burocracia pública. Três

⁴ Usamos o software ATLAS.ti para sistematizar as informações reunidas.

dessas virtudes são a) maior flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas locais, bem como em estratégias para levar adiante seus serviços; b) maior capilaridade para chegar a regiões e a um público dificilmente abrangido pela ação estatal, como, no caso do Brasil, nas favelas; e c) maior comprometimento dos seus membros com as causas que mobilizam as ações das ONGs.

A maior flexibilidade e capacidade de adaptar-se às especificidades do público ou da região de atuação é concebida em oposição ao rigor formal das regras e relativo engessamento dos procedimentos franqueados à burocracia pública. Tal engessamento é ainda maior em uma estrutura administrativa com forte propensão regulatória e pouco espaço para autonomia gerencial e decisória, como é o caso da administração pública brasileira. Em oposição a isso, as ONGs estariam, nessa perspectiva, livres de inúmeras “amarras burocráticas”, o que as liberaria para reformular procedimentos e redefinir estratégias para consecução de seus objetivos sempre que isso se mostrasse necessário, ou sempre que as condições e demandas do seu público-alvo alterassem suas características. Essa virtude poderia se perder por conta de maior estreitamento das relações entre ONGs e o financiamento público e estatal.

A maior capilaridade das ONGs retrata a capacidade destas em encontrar nichos de atuação com demandas de caráter social que não encontram assistência do estado, precisamente por suas menores amarras formais dadas pela legislação e atuação da burocracia pública. Um exemplo típico desta capilaridade é a provisão de bens e serviços em regiões pouco acessíveis pelo Estado. As favelas do Rio de Janeiro são um bom exemplo disso. Uma visita *in loco* naquelas áreas revela um contingente de pessoas que não encontram qualquer assistência das políticas formais do estado, ainda que se encaixem nos critérios de elegibilidade. Nesse sentido, são pessoas “invisíveis” às políticas do estado e, quiçá, aos registros dos órgãos oficiais.

Por fim, a condução de políticas e serviços de cunho social por ONGs encontrariam nos próprios atores responsáveis pela ação um conjunto de motivações subjetivas que tornariam mais eficazes as ações que aquelas realizadas pela burocracia pública (Sanyal, 1997). Apesar de funcionários do Estado poderem agir comprometidos com a realização ótima de suas funções e serviços, o caráter muitas vezes voluntário da ação dos partícipes das ONGs seria uma vantagem comparativa que se traduziria em maior engajamento e maior “motivação pela causa”.

As três virtudes acima elencadas – que encontrariam senão seu oposto negativo no Estado, pela menor intensidade nas qualidades da atuação deste último – são, ressalte-se, supostos normativos encontrados na literatura; em outros termos, pouca evidência empírica de que essas são, de fato, dimensões relevantes da atuação das ONGs e se, de fato, há no seu universo esse virtuosismo maior do que aquele presente na esfera burocrática.⁵

A partir das considerações acima, pode-se considerar quais as implicações positivas e negativas da aproximação entre ONGs e o Estado. A questão é tanto mais relevante porque esta aproximação tem ocorrido de modo crescente no Brasil – e outros países – como também porque a relação entre ONGs e Estado tende a reproduzir tradições históricas nacionais, e nossa tradição, no que tange à relação entre Estado e sociedade, dá conta de uma forma de articulação que encontra no primeiro o polo dominante, i.e., que dá as cartas, define políticas, coopta os atores, cria padrões de dependência e fomenta relações verticalizadas de cunho clientelista.

⁵ Alguns estudos nessa direção têm sido realizados nos últimos anos, mas são ainda inconclusivos (Brown et al., 2008; entre outros).

Ainda que seja uma expectativa – mais normativa do que observada empiricamente – de que o desenvolvimento das ONGs represente uma alteração importante nos padrões de interação entre Estado e sociedade e, de modo específico, nos valores que orientam os diferentes atores estatais e não-estatais na condução de políticas públicas e/ou sociais, tais mudanças não se operam de modo rápido. Antes pelo contrário, as tradições patrimonialistas e clientelistas tendem a se dissolver do cenário estatal de modo gradual. Nesse sentido, é que avaliar as implicações positivas e negativas da relação entre ONGs e Estado é pertinente para avaliar de modo mais consistente as consequências desta aproximação para o futuro da política social, onde a parceria entre os dois atores é crescente.

Sanyal (1997) descreve quatro formas pelas quais a interação com o Estado pode prejudicar a autonomia e a legitimidade das ONGs. Primeiro, o autor destaca a ameaça de cooptação dos membros das organizações civis por parte de políticos, partidos políticos ou do Estado que visam direcionar a atuação das ONGs de forma a beneficiar seus próprios interesses. De acordo com o autor, uma vez que as ONGs conquistaram autonomia na proposição e condução de políticas no campo social, a aproximação com o Estado implicaria risco de perda de autonomia na formulação de novas políticas. O risco existe porque, como receptoras de recursos públicos, as ONGs deveriam se submeter a critérios formais mais burocratizados, que tanto inibiriam a condução de algumas ações que são incompatíveis quanto – e isto é o mais importante – aquelas organizações passariam a definir seus projetos não mais por demandas sociais que provêm da base dos potenciais beneficiários, mas que derivam da disponibilidade de recursos existentes.

Este último é um risco que não é desprezível, uma vez que, como demonstraram Bezerra (1999) e Goldman & Palmeira (1996), é bastante comum que a disponibilização de recursos públicos ‘criem’ demandas por serviços.⁶ Assim, por exemplo, da mesma forma que prefeituras podem formular projetos para captar recursos federais, que expressem a disponibilidade prévia dos recursos em alguns ministérios, as ONGs podem orientar sua atuação para maximizar sua capacidade de obtenção de recursos não mais criando projetos de modo autônomo e a partir das bases locais, mas a partir da oferta prévia de ‘linhas de financiamento’ para áreas específicas de atuação ou provimento de serviços.

Esse processo, é claro, não dá conta da complexidade e diversidade das formas de articulação entre atores estatais e não-estatais, mas ressalta que a crescente dependência de recursos estatais por parte das ONGs pode ter efeito negativo na autonomia decisória e na escolha de ações e projetos que atendam de modo mais satisfatório as demandas de base.

Em segundo lugar, ainda de acordo com Sanyal (1997), como as ONGs se caracterizam por maior flexibilidade e capacidade adaptativa do que as agências estatais, as exigências burocráticas requeridas nas relações com o Estado podem engessar e dificultar a ação das organizações civis. A questão é uma preocupação da mais importante representante das organizações do terceiro setor no Brasil, que aponta o risco de “burocratização excessiva [das] organizações” (Abong, 2008, item g), mas também, que evite “criar sistemas, cadastros ou qualquer tipo de obrigatoriedade possível de excluir do acesso à recursos públicos de organizações de pequeno porte ou isoladas geograficamente.”

Terceiro, é possível que as ONGs se envolvam, ou que sejam envolvidas, em práticas de corrupção, que muitas vezes são práticas já legitimadas dentro do aparato

⁶ Argumento similar, se bem que não para o contexto brasileiro, aparece em Luksetich (2008).

estatal. A aproximação entre Estados e ONGs cria, de fato, um risco potencial de atrair as últimas para práticas corruptas presentes em círculos burocráticos e partidários. Esta é uma questão de alta relevância em sistemas políticos com altos níveis de corrupção, como é caso do Brasil. Apesar de fazermos aqui considerações mais alongadas sobre o sistema político brasileiro, importa ressaltar que a política do cotidiano, nos três níveis de governo, só ganha devida inteligibilidade se considerarmos a importância das complexas redes pessoais e de dependência política que articulam a burocracia pública, os parlamentares de diferentes partidos e os grupos organizados na sociedade. Essas redes pessoais e políticas são consideradas por diferentes organizações um aspecto decisivo para levar adiante seus interesses junto ao governo. Em princípio, não há porque desconsiderar que ONGs estariam imunes à atração para essas redes. A rigor, essa dimensão e esse risco foram destacados de modo contínuo nas entrevistas cujas análises apresentamos adiante.

Por fim, a assistência estatal contínua poderia incentivar a dependência política e financeira e a perda das características empreendedoras e inovadoras das ONGs.

Por outro lado, ainda com Sanyal, ressaltamos que pode ser positivo para as ONGs abandonarem seu ‘fetice autonomista’ – de resto, há muito abandonado no Brasil – de que a parceria com o Estado é sempre potencialmente deletéria. Sobretudo porque esta seria uma forma de as ONGs potencializarem o escopo e o impacto de suas ações, por meio da ampliação de recursos investidos por parte de instituições do Estado. Ademais, a burocracia pública poderia prover apoio logístico e infra-estrutura material que seriam indispensáveis na condução de projetos e, mesmo, para minar possíveis capturas das ONGs por interesses políticos ou de parlamentares.

Após indicarmos algumas das principais questões relativas à interação entre ONGs e Estado, na próxima seção exploramos algumas particularidades dessa relação no contexto brasileiro, de modo a tornar nossos resultados mais compreensíveis.

Percepções sobre a relação entre ONGs e a esfera política

A formação do Estado sedimentou uma forma de interação entre sociedade civil e a esfera política e burocrática sem canais amplos de participação da primeira em processos decisórios e participativos. Enquanto o Estado ampliava seu escopo de atuação, a sociedade civil manteve-se fraca e pouco articulada. A assimetria entre Estado e sociedade civil fomentou duas típicas na interação entre essas esferas: a cooptação política⁷ e o clientelismo.⁸

Entretanto, a literatura mais recente retrata uma sociedade civil muito mobilizada no Brasil, com novas formas de participação, embora menos engajada por princípios político-ideológicos que no passado recente (Bethell, 2002). O mais

⁷ O conceito de cooptação política expressa, nesse caso, a atração de setores da sociedade civil de modo a subordiná-los e suprimir sua voz pela captura política de seus representantes politicamente mais ativos, via incorporação ao aparato estatal. Para Schwartzman (1988), o apartamento entre o Estado brasileiro e a sociedade é fruto da consolidação de uma estrutura estatal centralizada anterior ao surgimento de grupos de interesse autônomos e articulados ou do sistema partidário.

⁸ Relações do tipo clientelista continuam a ter dimensão vultosa no *modus operandi* de uma parte das instituições estatais – nos níveis federal, estadual e municipal – e não-estatais e, no campo eleitoral, ainda é uma forma relevante de relacionamento entre parlamentares e eleitores. De forma geral, o conceito evoca a troca de bens e serviços entre eleitores/cidadãos, instituições não-estatais e políticos, em condições onde há assimetria de poder entre as partes e/ou a desigualdade de acesso aos recursos, públicos ou não (Schmidt et al., 1977).

expressivo indicador da mobilização e fortalecimento da sociedade civil foi o crescimento do número de organizações do terceiro setor no país, nos últimos 20 anos. De acordo com a Abong, o número passou de 2.600, em 1996, para 14.000 em 2005.

A rápida expansão das ONGs, conjugada à sua contínua aproximação do Estado e crescente dependência de recursos públicos, bem como o volume de atividades de natureza pública que realizam, suscita algumas reflexões à luz da mencionada oposição entre o modelo da representação de interesses e a forte presença de canais de mediação política na articulação das políticas formuladas no âmbito do governo. Em que medida as ONGs expressam mudança no modo de articular demandas da sociedade junto ao Estado e, de modo específico, na forma como essa articulação se processa na esfera política? Há espaço para clientelismo político? Há riscos de cooptação? Se sim, como as ONGs respondem a eles? Ao defenderem direitos, executarem serviços ou darem vazão a algumas demandas sociais, em que medida herdaram valores e o *modus operandi* dos canais tradicionais de articulação com políticos e partidos? Fazem-no de uma forma que apresenta novidades em relação ao passado?

Questões como essas emergem de algum modo no discurso dos administradores sobre a relação entre suas ONGs e a esfera política. Ainda preliminares, as informações desta seção não permitem afirmar categoricamente a existência de padrões de interação, mesmo que o aqui apresentado retrate as percepções dominantes e mais recorrentes.

A primeira observação importante é notar que as representações negativas associadas à esfera política, em especial a forte incidência de práticas corruptas, é estruturante da lógica do discurso dos entrevistados. Ao mesmo tempo em que se reconhece como estereotipada a associação natural entre políticos e corrupção ou entre políticos e interesses pessoais/interesses particulares, é comum temerem o risco de que vícios da esfera política se transfiram para as suas próprias organizações, no caso de se estabelecerem relações mais estreitas. Senão os vícios, a imagem das ONGs junto ao seu público alvo ou público geral corre o risco de se associar a ela, no caso de se estabelecerem relações muito próximas entre parlamentares e ONGs.

Por isso, quando questionados sobre as consequências negativas da manutenção de relações com políticos ou partidos políticos, os entrevistados mencionam, de forma preponderante,

- (i) risco de sujeição à corrupção política;
- (ii) risco de ingerência política e perda de autonomia, ou seja, o aumento da dependência das ONGs em relação a ações de políticos que lhes são próximos, tornando-se mais sujeitas à pressão para adaptar suas ações aos interesses do político de atender suas clientelas eleitorais;
- (iii) risco de ameaça à reputação da ONG no caso de o político ou partido conseguir (a) encampar e associar sua imagem ao *issue* de atuação ou defesa da ONG ou se (b) a imagem do político for “arranhada”, o que produziria ônus para a própria ONG.

Segundo, a posição diante da possibilidade de prestar apoio eleitoral em retribuição aos diferentes apoios e colaborações que parlamentares ou partidos tenham prestado à ONG é rechaçada de modo veemente. Na verdade, como mencionamos, um dos aspectos mais delicados – e sobre o qual as ONGs parecem prestar especial atenção – refere-se às possibilidades de terem seus projetos, ações, seu nome e seu prestígio utilizados como moeda para arrematar votos em campanhas eleitorais. Com apenas uma exceção, os respondentes postulam um necessário apartidarismo de suas

instituições, que também é uma obrigação estatutária, ressalte-se. O apartidarismo institucional não implica, naturalmente, apartidarismo dos colaboradores da ONG.

Os riscos políticos não são desprezíveis, sobretudo se consideramos que, como relatado na maior parte das entrevistas, em períodos eleitorais, o assédio de candidatos à (re)eleição, em diferentes níveis de governo, aumenta de modo expressivo. A um só tempo, esse dado revela que o interesse dos atores políticos se aproximarem das ONGs é considerável e ressalta a possível instrumentalidade da parceria, visto que ela aparece com maior intensidade em períodos de eleições. O interesse demonstrado por políticos em períodos eleitorais é, de resto, uma dessas condições que servem para conspurcar possíveis parcerias, pois elas poderiam ocorrer em outros momentos, e para outras finalidades, não aquelas que o *timing* de início da relação acentua, qual seja, uma relação puramente instrumental de “toma lá, dá cá”. Assim, um aspecto importante para compreender de modo mais refinado as possibilidades de articulação entre esfera política e ONGs é considerar que o tempo da relação – para além de outros aspectos – é determinante. Em outros termos, quanto mais perdurar no tempo a colaboração – sob condições específicas – entre ONGs e políticos, menos instrumental soará o interesse desses últimos e mais aceitável e legítima ela pode ser. Como Bourdieu (1996) ressaltou, o fator tempo é determinante para ocultar o interesse das partes na manutenção de relações de dádiva e contradádiva.

A manutenção de relações (pontuais ou intermitentes) com partidos e políticos é admissível, desde que não interfira na autonomia das ONGs, ou seja, não altere de forma alguma suas decisões, atividades e projetos bem como não implique compromissos eleitorais. A interação torna-se mais aceitável se retrata uma relação de mediação para atender as demandas da organização e para colaborar na execução de projetos sociais, mas a ONG, como instituição, não dá apoio formal a nenhum político específico. Marcar posição quanto à absoluta separação entre parcerias com políticos e compromissos eleitorais institucionais é uma constante nas entrevistas.

Em terceiro lugar, em relação aos pontos percebidos como positivos na interação com políticos, verifica-se que a maioria dos entrevistados ressalta a função do político em defender causas importantes para a ONG na esfera pública ou na arena parlamentar, seja vocalizando as demandas e interesses defendidos pela organização em fóruns especializados, seja por meio de pressão legislativa para a aprovação dos projetos de lei apoiados pela instituição. Sintomaticamente, as formas de interação efetiva das ONGs e políticos mais citadas são a participação conjunta em audiências públicas (como comissões temáticas no Legislativo), envio de propostas de leis para os políticos que se identificam com a causa da ONG e consultas solicitadas pelos políticos em relação a questões que as ONGs são especialistas.

Consoante com o ponto anterior, o relato dos administradores referente à frequência da interação com partidos, políticos ou órgãos estatais aponta que esta relação costuma ser pontual e intermitente, mesmo que ela se circunscreva a ocorrer sempre com a mesma pessoa ou um número pequeno de políticos. Essa tendência é congruente com o receio apresentado pelos administradores em acentuar as relações de dependência com políticos, dados os “riscos morais” que correm.

É saliente também o fato de as relações entre os políticos e a ONG derivarem de *issues* comuns defendidos pela organização e por políticos. Assim, por exemplo, ONGs em defesa dos direitos de casais homossexuais mantêm contato próximo com parlamentares que estão associados à causa. Isso mostra que as relações entre esfera política e ONGs, quando ocorrem, se dão por meio de uma lógica que retrata afinidade

de interesses, de modo que o político interage com a organização, porque para esta também é racional, do ponto de vista da defesa de suas causas, cultivar a relação.

Parece-nos, à primeira vista, contraditória a percepção genérica, por parte dos entrevistados, sobre o papel importante desempenhado pelas relações políticas e/ou pessoais nas estratégias de celebração de parcerias e captação de recursos junto às instâncias governamentais. Assim, conquanto os entrevistados ressaltem, de modo dominante, não recorrerem a esse expediente – por razões que já apresentamos – eles sustentam serem as relações pessoais com políticos ou membros integrantes das agências do governo/ministérios um recurso importante e bastante utilizado no campo das ONGs para obter ou manter fluxos de recursos para seus projetos.

Outra avaliação frequente dos administradores refere-se à permanência e à força das relações pessoais/políticas na determinação das escolhas realizadas na esfera pública, característica que a sociologia política brasileira é pródiga em retratar (Vianna, 1987; Faoro, 2001; Duarte, 1966; Queiroz, 1976; Nunes, 1987; Da Matta, 1985, 1979)

A percepção dos representantes das ONGs quanto ao papel das relações pessoais no processo decisório para estabelecer parcerias e captar recursos junto ao governo sublinha um aspecto ainda pouco considerado pela literatura, que requer maior análise. Trata-se de um processo duplo, também estimulado pela competição crescente por recursos públicos: a) crescente politização das instâncias decisórias sobre parcerias entre setor público e ONGs e b) contínuo processo de burocratização e elevação das exigências formais necessárias ao fechamento de contratos de recebimento de recursos públicos. Se o primeiro processo ainda é pouco visível, ainda que sempre mencionado nas entrevistas, o segundo já é um processo em curso que terá como desdobramento antecipado por todos os entrevistados a gradual exclusão das ONGs menos profissionalizadas dos processos licitatórios, sem corpo técnico qualificado para suprir as exigências para a formulação de projetos.

O conhecimento técnico tem se tornado condição indispensável para as ONGs habilitarem-se para receber recursos governamentais. Em outros termos, ONGs menos profissionalizadas, muitas delas mais próximas de grupos demandantes de ações e serviços importantes, onde a intervenção do Estado costuma ser precária – pensamos aqui, por exemplo, no acesso e distribuição de serviços públicos de moradores de bicos e ruelas de favelas urbanas – encontrariam crescentes obstáculos legais para avançarem em suas ações com recursos do governo. A burocratização das relações cria uma situação dilemática; necessária para normatizar uma parceria cada vez mais importante entre Estado e ONGs, mas com consequências negativas para organizações que têm como mérito a flexibilidade na gestão e aplicação de recursos. Como dilemático, esse processo é interpretado com posições díspares por parte de nossos entrevistados.

Nesta seção, procuramos descrever os resultados parciais das percepções que administradores de ONGs têm sobre a interação com a esfera política. Uma ressalva é necessária. Como a maior parte das ONGs que entrevistamos até o momento são organizações consideradas tradicionais, ou seja, já com legitimidade e um reconhecimento em sua área ou campo de atuação, o padrão de respostas está, em alta medida, orientado por esse viés de seleção. O viés ocorre porque essas organizações já consolidaram um histórico de parcerias com governos municipais, estaduais e federais e dispõem de um quadro administrativo com alto nível de profissionalização e/ou relações sociais e políticas já consolidadas no âmbito da burocracia governamental, que, mesmo não sendo ativadas a todo momento, pode ser um importante meio para a captação de recursos.

Ao entrevistarmos ONGs de menor porte, com menos recursos humanos e econômicos, mais recentes e menos consolidadas em seu campo de atuação, poderemos observar com maior acurácia as implicações que as barreiras burocráticas e as exigências formais para participar de processos licitatórios, a ausência de quadros administrativos especializados, a penúria de recursos econômicos, materiais e humanos (voluntários) interpõem entre o desejo de levar adiante ações e a possibilidade de cumpri-las a contento. Mesmo a Abong, em seu recente apelo à normatização das relações entre Estado e organizações do terceiro setor (*nonprofit*), ressaltou ser preciso evitar que o Estado crie “sistemas, cadastros ou qualquer tipo de obrigatoriedade possível de excluir do acesso à recursos públicos de organizações de pequeno porte ou isoladas geograficamente, ou ainda, que não tenham tecnologia suficiente para cumprir as exigências [...]” (Abong, 2008, item i).

Incorporar um universo diferente de ONGs, menos estruturadas e consolidadas, é, portanto, indispensável. Afinal, sabemos que esse universo é bastante diverso e heterogêneo para ser enquadrado em observações que pretendam homogeneidade entre elas. Se bem que, no plano das representações sociais dos seus administradores, essa homogeneidade é mais possível do que aquela observada no plano da diversidade organizacional, formas de atuação e setores em que as ONGs desempenham suas funções.

Conclusão

Grande parte da literatura que estuda o fortalecimento dos meios de atuação de sociedade civil tende a retratar as ONGs como inerentemente virtuosas, não só pelas externalidades que produzem em favor do fortalecimento da democracia, mas também pelo grau de eficácia e inovação na prestação de serviços e atendimento das diferentes demandas da sociedade. Entre as vantagens mencionadas, incluem-se: maior capilaridade, capacidade de inovação e flexibilidade, que as tornariam mais adaptáveis às demandas e exigências locais na condução das políticas sociais.

Uma das características mais importantes da recente transformação da esfera pública brasileira tem sido a constituição de organizações – incluindo as ONGs – que passam a se estruturar e canalizar demandas e reivindicações “without being dragged into the old corporatist, clientelist structures” (Avritzer, 2002: 99). Nesse sentido, a inovação de movimentos sociais e organizações civis nas últimas décadas foi articular-se com o Estado de forma mais autônoma e independente. Em decorrência desse processo, ocorreria o esmaecimento da “cultura do favor” e dos processos de intermediação vertical por atores da esfera política (2002: 86). O que não significa que o processo de autonomização dos grupos da sociedade civil em relação ao Estado (em oposição à representação heterônoma de seus interesses) provocaria rompimento imediato com relações sociais e políticas de tipo clientelista. Antes pelo contrário, não só haveria ‘riscos’ presentes na aproximação com o Estado, mencionados na seção anterior, como chances de germinar em sua estrutura administrativa as mazelas a que qualquer tipo de organização está sujeito, tais como os riscos de rotinização, de corrupção e de conversão gradual de uma estrutura democrática para uma oligárquica, entre outros (Fisher, 1997).

Por isso, é pertinente observar como e se as ONGs atuam em conjunção com os circuitos tradicionais da política, como ocorre a inserção, quais os perigos e vantagens potencialmente existentes, as formas de mediação junto aos organismos estatais e,

acima de tudo, como os representantes das ONGs percebem e experimentam tais práticas.

Estas questões são relevantes para que, com novos dados empíricos, seja possível discutir como estão se estruturando as novas formas de articulação entre autoridade e solidariedade no Brasil. Em certo sentido, permitem, também, um diálogo com parte da tradição do pensamento social brasileiro que problematiza a relação entre a sociedade civil e um Estado outrora autoritário, cujas instituições políticas apresentam baixo nível de representatividade e legitimidade, são pouco responsivas às demandas sociais, fortemente inclinadas à cultura do favor e calcadas em práticas de tipo clientelista.

Em nossos dados, observamos que a aproximação institucional das ONGs junto à esfera político-representativa é um processo em curso e bastante importante, que requer questionamentos sobre como esta interação está se estruturando e suas consequências para a própria consolidação das formas de atuação de organizações civis junto às instâncias do Estado. Afinal, já nesta década, Avritzer assinalou que “in the Brazilian case, the social movements and voluntary associations that emerged at the public level did not make a significant effort to connect themselves with political society, nor did political society made an effort to integrate social actors or to become responsive to their demands”. (2002: 118). Talvez estejamos entrando em nova quadra histórica, em que a ausência de relacionamento com o Estado não mais é o padrão dominante.

Dada a forte evidência de que as ONGs se tornaram atores importantes na articulação de demandas e representação de interesses na esfera político-parlamentar, essa conexão com a sociedade política pode estar ganhando um espaço inexistente no passado, com as ONGs tendo um papel de *facto* (mas não ainda de *jure*) na representação política (Lavalle et al., 2006: 43).

Para nós, trata-se de compreender se essa aproximação com os canais de representação formal podem pôr em xeque a autonomia propositiva das organizações, no caso de haver uma aproximação subordinada e/ou dependente – ainda não observada – com representantes da esfera política. Essa expectativa – e receio – é compatível com o fato de o país apresentar, em seu sistema político, canais legitimados e mesmo institucionalizados de relação clientelista, tanto entre políticos e seus representantes quanto entre os próprios poderes executivo e legislativo, nos três níveis de governo. A incorporação de um ator novo como as ONGs pode premi-las a se conformarem, gradualmente, a essa lógica das relações que ainda representa parte expressiva da dinâmica das interações na esfera política (cf. em particular, Avritzer, 2002: 117-123).

Não postulamos que a manutenção da autonomia das organizações não-governamentais deve implicar imobilismo dessas em relação à apresentação de suas demandas e reivindicações junto às instâncias de representação. Antes, pelo contrário, essa é uma atividade desejável. De resto, essa questão remete a uma outra dimensão do debate possível. Com novos dados, poderemos testar uma hipótese de que o distanciamento entre os partidos políticos e suas bases sociais, notório no caso brasileiro, pode estar sendo contrabalanceado por estratégias de conexão por meio das organizações civis que operariam como mediadoras entre os partidos e diferentes segmentos da população (Lavalle et al., 2006).

Atualmente, a relação das ONGs com o Estado ocupa um lugar de destaque nos debates públicos, seja por conta da crescente relevância das primeiras e da necessidade de (re)definir marcos regulatórios para as futuras parcerias vindouras (cf. Abong, 2008),

seja por conta da atenção maior dispensada pela sociedade, imprensa e parlamento para possíveis problemas nas parcerias celebradas. As transferências ilegais de recursos para ONGs são as críticas mais alardeadas e sobre as quais se dirige maior atenção pública. O resultado desses movimentos é difícil de antecipar. Em grande parte, as escolhas institucionais e as novas regras de regulação é que definirão os rumos da relação entre ONGs e Estado e o papel da esfera política nessa mediação.

Para finalizar, recobramos aqui que o discurso das ONGs na década de 1980 ganhava forte conotação anti-estatal (Bosch, 1997; Landim, 2002; Medeiros, 2008). As décadas de 1990 e 2000 retrataram uma mudança em favor de maior proximidade entre ambos e a ação ‘de costas para os estado’ tornou-se anacrônica. A legitimidade da relação entre ONGs e Estado já não é questionada, ou mesmo mencionada como problema potencial, na maioria das entrevistas. Se o processo de aproximação com o Estado ocorreu a passos largos e contrariou as expectativas presentes nos movimentos da sociedade civil dos anos 1980, por que não deveríamos pensar que a hoje questionada, e negativamente valorada, proximidade com a esfera política, inclusive com seus padrões tradicionais de organização, não haveria de ser incorporada como prática aceitável, e mesmo legítima, por uma fração crescente das ONGs? Isso não significa sustentar a ideia de que, na esfera pública, *plus ça change, plus c'est la même chose*. Trata-se apenas de considerar que, mesmo preservando suas especificidades como forma inovadora de organização do espaço público contemporâneo, as ONGs correm o risco de conciliar seus princípios e sua dinâmica às práticas tradicionais ainda presentes em nossa tradição histórica e política, que relutam em abandonar o sistema político brasileiro.

Se as evidências da seção anterior indicam que a subordinação ao tradicionalismo da política dificilmente ocorrerá, a crer nas posições que ressaltam a autonomia e independência das ONGs frente aos políticos, elas também não elidem do horizonte movimentos naquele sentido. É preciso observar as mudanças, na próxima década, nas regras institucionais e nos valores, e, ao mesmo tempo, acumular maior volume de pesquisa empírica sobre as interações do presente.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Anastácia Cristina, Mercedes Duarte, Thaiana Rodrigues e especialmente a Fabiana Ramos pela valiosa assistência a esta pesquisa e à Faperj pelo apoio financeiro a este projeto.

Referências bibliográficas

ABONG (2008). “Uma regulação de acesso e utilização de recursos públicos para organizações sem fins lucrativos no Brasil”. São Paulo: Abong [www.abong.org.br]

AVRITZER, L. (2002). *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.

_____ (2007a). *Participação Social no Nordeste*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

_____ (2007b). “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. In *Dados*, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro. pp. 443-464.

BAILEY, K. D. (1994). *Methods of social research*. New York: The Free Press.

BETHELL, L. (2002). “Política no Brasil: de eleições sem democracia a democracia sem cidadania”. In: BETHELL, L. (org.) *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BEZERRA, M. O. (1999). *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BOSCH, M. “NGO’s and Development in Brazil: roles and responsibilities in a ‘new world order’”. In HULME, David; EDWARDS, Michael. *NGO’s. States and Donors: too close for comfort?* London: Macmillan Press, 1997. pp. 232-242.

BRASIL (2008). *As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005/IBGE*. Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE. 162p.

BRINKERHOFF, D. (1999). “Exploring State-Civil Society Collaboration: Policy Partnerships in Developing Countries”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 28. pp. 59-86.

BROWN D.S. *et al.* (2008). “Who Gives, Who Receives, and Who Wins? Transforming Capital Into Political Change Through Nongovernmental Organizations”. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 1, pp. 24-47.

BOURDIEU, P. (1996). “Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom.” *Mana*, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro. pp. 7-20.

DAGNINO, E. (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In MATO, Daniel (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela. pp. 95-110.

DAMATTA, R. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1985). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

DUARTE, N. (1939). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Editorial Nacional

- FAORO, R. (2001). *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo.
- FISCHER, W. (1997). "DOING GOOD? *The Politics and Antipolitics of NGO Practices*". *Annual Review Anthropology*. v. 26. pp. 439-464.
- FUNG, A. (2003). "Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities". *Annual Review of Sociology*, v. 29. pp. 515-539.
- GRAZIANO, L. (1977). "Patron-client relationships in Southern Italy". In Schmidt, S. et al. (eds). *Friends, followers and factions*. Berkley: University of California Press. pp. 360-78.
- HAQUE, M. S. (2002). "The Changing Balance of Power between the Government and NGOs in Bangladesh". *International Political Science Review*, v. 23, n. 4. pp. 411-435.
- HOROCHOVSKI, R. R. (2003). "Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos". *Tese*, v. 1, n. 1, 109-127.
- KOSLINSKI, M. (2007). *Um estudo sobre ONGs e suas relações de accountability*'. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.
- KUSCHNIR, K. (2000). *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LANDIM, L. (1993). *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____ (2002). "Experiência militante: Histórias das assim chamadas ONGs." *Lusotopie*, 2002/1. pp. 215-239.
- LAVALLE, A. et al. (2006). "*Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade*". *RBCS*, v. 21, n. 60. pp. 43-66.
- LEEDS, E. (1996). "Cocaine and Parallel Politics in the Brazilian Urban Periphery: Constraints on Local-Level". *Latin American Research Review*, v. 31, n. 3. pp. 47-83
- LUKSETICH, W. (2008). "Government Funding and Nonprofit Organizations". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* 2008, v. 37, n.3. pp. 434-442.
- MEDEIROS, R. (2008). *Between Conflict and Cooperation: Dilemmas in the Relations between Non-Governmental Organizations and the State in Brazil*. Dissertation. Boston: Boston University.
- NUNES, E. (1997). *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: ENAP/Zahar.
- GOLDMAN, M. & PALMEIRA, M. (org.). (1996). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- PUTNAM, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- _____ (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon and Schuster, New York.

- QUEIROZ, M. I. (1976). *O mandonismo local na vida politica brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- REIS, E. (2004). "The Lasting Marriage Between Nation and State Despite Globalization". *International Political Science Review*. v. 25, n. 3. pp. 251-257. London: Sage.
- _____ (2005). "New ways of relating authority and solidarity?" In 17th Annual Meeting on Socio-Economics - SASE 2005, Budapest.
- REIS, E. P. & KOSLINSKI, M. (2009) "Transnational and Domestic Relations of NGOs in Brazil". *World Development*, v. 37. pp. 714-725.
- SANYAL, B. (1997) "NGOs' Self-Defeating Quest for Autonomy" In *The Annals of the American Academy of Political Science* November, 554, pp. 21-32.
- SCHIMDT, S (ed.) (1977). *Friends, followers and factions*. Berkeley: UBP.
- STREECK, W. & SCHIMITTER, P. (1985). "Community, Market, State – and Associations? The Prospective Contribution of Interest Governance to Social Order". *European Sociological Review*, v. 1, n. 2. pp. 119-138.
- SCHWARTZMAN, S. (1988). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus.
- SCOTT, J. (1977). "Patron-client politics and political change in Southeast Asia". In Schmidt, S. et al. (eds). *Friends, followers and factions*. Berkley: University of California Press. pp. 123-146.
- SILVERMAN, S. (1977). "Patronage and community-nation relationships in Central Italy". In Schmidt, S. et al. (eds). *Friends, followers and factions*. Berkley: University of California Press. pp. 293-304.
- SOCZEK, D. (2007). *ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá.
- TELES, A. S. (2006). "União repassou R\$ 13,4 bi para ONGs, OSCIPs e Fundações de 2001 a 2006". *Contas Abertas*. 26/09/06. Brasília: Contas Abertas [http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1512]
- URICOECHA, F. (1978). *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel.
- VIANNA, O. (1987). *Instituições políticas brasileiras*. 1 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP; Niterói: Editora da UFF.
- TVEDT, T. (1998). *Angels of Mercy or Development Diplomats*. Oxford: James Curry.
- WEBER, M. (2002). *Economia e sociedade*. Brasília: UnB.
- WEINGROD, A. (1968). "Patrons, Patronage, and Political Parties". *Comparative Studies in Society and History*, v. 10, n. 4, Jul. 1968. pp. 377-400.

Apêndice: ONGs que integram a amostra e relações com esfera política

ONG	Área de atuação	Público-alvo	Ano de fundação	Relações com esfera política
Abia	Combate à epidemia de HIV/AIDS	Entidades públicas e privadas	1987	Órgãos públicos (constante); políticos (pontual)
Abrasco	Defesa dos direitos dos ostomizados	Pessoas ostomizadas	1985	Políticos (pontual)
Ação da Cidadania	Pela educação e cultura de qualidade e contra fome e miséria	Crianças e jovens	1993	Políticos (constante)
Acessibilidade Brasil	Defesa da inclusão social e econômica de pessoas com deficiência	Pessoa com deficiência	2002	Órgãos públicos (constante)
Amigas do Peito	Por uma cultura favorável à amamentação	Mulheres	1980	Não tem
Ballet de Santa Tereza	Integração cultural de crianças e adolescentes	Crianças e jovens	1999	Órgãos públicos (pontual)
Bioatlântica	Defesa da biodiversidade em ecossistemas brasileiros	Entidades públicas e privadas	2003	Órgãos públicos (constante)
Campo	Assessoria a organizações populares para ampliar cidadania	Lideranças comunitárias	1987	Não tem
Camtra	Defesa dos direitos das mulheres	Mulheres	1997	Com políticos (pontual)
Cebes	Defesa do direito à saúde	Profissionais de saúde	1976	Órgãos públicos e políticos (constante)
Cemear	Apoio e assistência a crianças de rua	Crianças	1991	Órgãos públicos e conselhos (pontual)
Camposo	Defesa da qualidade de vida da população da Zona Oeste	Jovens e adultos	1986	Órgão público (constante)
Cepia	Defesa dos direitos da mulher	Mulheres	1990	Políticos (pontual)
Coisa de Mulher	Contra a opressão sofrida pelas mulheres	Mulheres	1994	Políticos (constante)
Cruzada do Menor	Assistência a crianças, jovens, idosos e seus responsáveis	Crianças, jovens e idosos	1985	Órgão público e conselho (constante)
CVI	Inclusão social da pessoa com deficiência	Pessoa com deficiência	1988	Órgãos públicos (constante)
Dialog	Formação de lideranças para desenvolvimento sustentável	Jovens	1994	Órgãos públicos (pontual)
Ecomarapendi	Difusão de informações sobre as questões ambientais	Entidades públicas e privadas	1989	Órgãos públicos (constante); políticos (pontual)
Funbio	Conservação da diversidade biológica brasileira	Entidades públicas e privadas	1995	Órgãos públicos (constante)
Instituto Ipanema	Pelo desenvolvimento sustentável	Entidades públicas e privadas	1996	Políticos e órgãos públicos (pontual)
Movimento D'ellas	Defesa dos direitos de mulheres homossexuais	Mulheres homossexuais	1993	Órgãos públicos e políticos (constante)

Pela Vidda	Defesa dos direitos de pessoas com Aids	Pessoas com Aids	1989	Órgãos públicos e conselhos (constante); políticos (pontual)
Promundo	Promoção de relações equivalentes entre homens e mulheres	Crianças e jovens	1997	Órgãos públicos (constante)
São Martinho	Defesa dos direitos das crianças e adolescentes	Crianças e jovens	1984	Órgãos públicos e conselhos (constante)
Terra dos Homens	Defesa de direitos de crianças e famílias	Crianças e jovens	1989	Com políticos (pontual)
Viva Cazuza	Assistência a crianças e adultos com o vírus da Aids	Pessoas com Aids	1990	Órgãos públicos e bancadas (constante); político (pontual)
Viva Rio	Promoção da cultura da paz e do desenvolvimento social	Jovens em situação de risco	1993	Políticos (pontual); órgãos públicos (constante)